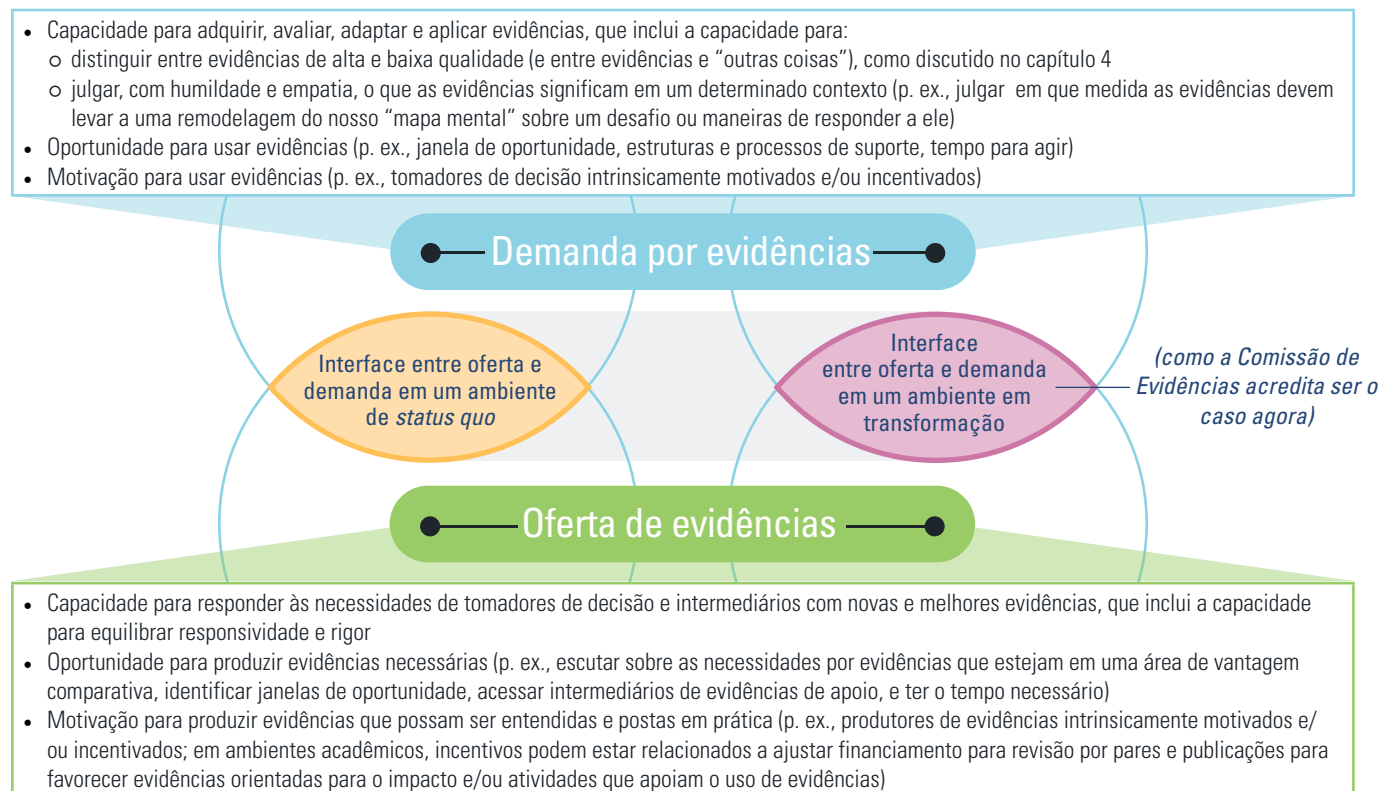


## 5.4 Condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências

Algumas das condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências estão dentro de sua esfera de controle (p. ex., aspectos do trabalho na interface entre a demanda por evidências pelos tomadores de decisão e sua produção pelos pesquisadores), enquanto outras estão dentro apenas de sua esfera de influência. A estrutura simples das ciências do comportamento de capacidade, oportunidade e motivação pode ser usada para identificar as condições que podem ajudar os intermediários de evidências.(2) A ausência de cada condição geralmente atrapalha os intermediários de evidências.

A capacidade pode parecer o caminho mais fácil; no entanto, os tipos de capacidade relacionados à síntese de evidências abordados no capítulo 4 (p. ex., distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade) são notavelmente escassos. Muitas universidades não exigem o desenvolvimento dessa capacidade, de modo que ter um título de doutor ou outro nível avançado não garante que se tenha essas habilidades necessárias.

O discernimento, a humildade e a empatia também podem estar em falta.(3) O discernimento sobre o que as evidências significam em determinado contexto pode assumir a forma do raciocínio Bayesiano (conforme descrito na **seção 4.7**). De preferência, esses julgamentos (ou seja, o discernimento) são atenuados com humildade (p. ex., pode ser preciso reduzir nossa certeza sobre “o que funciona” e como fazê-lo chegar a quem precisa, considerando a nossa análise do contexto local – nacional ou subnacional) e empatia (p. ex., também pode ser preciso reduzir nossa certeza considerando como os grupos que buscam equidade veem “nossas” evidências e como descrevem seus próprios saberes). No final desta seção, descrevemos – para o caso particular de quem apoia os formuladores de políticas governamentais – os tipos adicionais de capacidades necessárias para fazer julgamentos políticos com humildade e empatia.



Em um ambiente de *status quo*

- Capacidade para responder às necessidades de tomadores de decisão com as melhores evidências, que inclui a capacidade para:
  - identificar uma necessidade por evidências
  - coincidir a(s) forma(s) de evidências pertinente(s) para a necessidade
  - adquirir (ou apoiar a produção) e avaliar as evidências
  - apresentar e comunicar as evidências para os tomadores de decisão
  - convocar diálogos deliberativos e outros processos para apoiar julgamentos sobre o que as evidências significam em um contexto particular
- Oportunidade para apoiar o uso de evidências (p. ex., escutar sobre as necessidades por evidências e janelas de oportunidade, acessar estruturas e processos de suporte, e ter o tempo para agir)
- Motivação para apoiar o uso de evidências (p. ex., intermediários intrinsecamente motivados e/ou incentivados; em ambientes acadêmicos, incentivos podem estar relacionados a financiamento para revisão por pares e publicações sendo ajustadas para dar peso para as evidências orientadas para o impacto e/ou atividades que apoiam o uso de evidências)

Em um ambiente em transformação

- Capacidade para justificar um maior uso de evidências e otimizar estruturas, processos e incentivos de suporte, que inclui a capacidade para:
  - realizar os tipos de compartilhamento de exemplos, demonstrações, auditorias internas e comparações externas, descritos na **seção 5.3**, para justificar o uso de evidências
  - delinear e implementar (ou ajustar) estruturas, processos e incentivos relacionados a priorizar e coproduzir (incluindo para produtos vivos de evidências), apresentar e “exportar”, “facilitar a extração”, e trocar
  - implementar rotina de conexões para estruturas, processos e incentivos complementares (p. ex., nos sistemas de inovação e melhoria)
- Oportunidade para institucionalizar o uso de evidências e um sistema de suporte de evidências em condições ótimas de funcionamento (p. ex., janela de oportunidade e tempo para agir)
- Motivação para institucionalizar o uso de evidências e um sistema de suporte de evidências em condições ótimas de funcionamento, que provavelmente se baseará na motivação intrínseca em vez da incentivo

Além da capacidade relacionada à síntese de evidências, aqueles que apoiam os formuladores de políticas governamentais precisam de quatro outros tipos de capacidade para informar seus julgamentos sobre o que as evidências significam em determinado contexto.

### Análise de política

esclarecer um problema da política e suas causas, definir opções para resolver o problema e identificar considerações de implementação (que abordamos na **seção 4.4**)

### Análise de sistemas

entender quem pode tomar quais tipos de decisões sobre o desafio (arranjos de governança), como o dinheiro circula para responder ao desafio (arranjos financeiros), e como os esforços para responder ao desafio (p. ex., programas, serviços e produtos) alcançam e beneficiam quem precisa deles (arranjos de entrega), no momento presente; e entender quais desses arranjos de sistema podem precisar mudar

### Análise política

identificar se existe um problema premente, uma política viável e um ambiente político favorável (i.e., uma janela de oportunidade) para agir agora; e identificar o que seria necessário para abrir uma janela de oportunidade se agora não seria o momento

## Engajamento das partes interessadas

entender como muitos dos que estarão envolvidos ou que serão afetados por alguma decisão veem um problema de política e suas causas, as opções para responder ao problema, as principais considerações de implementação, e o que consideram ser as próximas etapas para diferentes constituintes; idealmente, esse engajamento é informado por sínteses de evidências e pela análise de políticas e sistemas, e uma análise política, como descrito acima, mas também está aberto a outras formas de saber e pensar, e tem o apoio de robustas políticas e procedimentos de conflito de interesse.

Existem estruturas para ajudar na análise de sistemas, como a taxonomia da base de dados *Health Systems Evidence* e a taxonomia da *Social Systems Evidence*, e para ajudar na análise política, como a estrutura “Definindo agendas e desenvolvendo e implementando políticas”.



### **Intermediária de evidências, Kerry Albright**

*Servidora pública internacional e eterna curiosa, levando entusiasmo sobre a tomada de decisão informada por evidência, pensamento sistêmico, e ajuda para a compreensão do valor da evidência para o desenvolvimento internacional*

Quero celebrar os muitos sucessos que tivemos coletivamente com o uso de evidências para responder aos desafios sociais – tanto antes como durante a pandemia de COVID-19 – e encorajar todos nós a redobrar os esforços agora para institucionalizar o que está alcançando êxito e melhorar em outras áreas. Percorremos um longo caminho nos últimos, digamos, cinco anos em diferentes partes do sistema da ONU, e ainda temos um longo caminho à frente no sentido de apoiar o uso de evidências por formuladores de políticas governamentais e outros tomadores de decisão nos estados-membros, usar evidências nas recomendações normativas e assistência técnica da ONU, e aproveitar ao máximo as parcerias com produtores de bens públicos globais, que são o assunto de muitas seções nos capítulos 5 e 6.

Em termos de oferta de evidências, é preciso reconhecer dois pontos. Primeiro, há uma tensão para os pesquisadores entre promover estudos únicos (geralmente seus próprios estudos, com estudos de caso de impacto geralmente sendo vinculados ao aumento do financiamento universitário) e promover conjuntos de evidências, incluindo o trabalho de “concorrentes”. Conforme abordamos nas **recomendações 22 e 23**, precisamos visitar os incentivos criados por instituições acadêmicas e periódicos para garantir que, no futuro, apoiemos um enfoque em conjuntos de evidências e ciência aberta. Em segundo lugar, há uma tensão para os intermediários de evidência entre distinguir formas discretas de evidências e encontrar uma linguagem que possa captar abordagens mais holísticas. No UNICEF, estamos cada vez mais usando uma definição de pesquisa de implementação que aborda a geração e o uso de evidências, o que está sendo coliderado por tomadores de decisão e integrado em todas as etapas da tomada de decisão (não apenas a etapa 3 na **seção 4.2**), incluindo contribuir para a programação adaptativa e incorporar os tipos de análises de sistemas e políticas complementares descritos na **seção 5.4**, e ainda o que pode ser chamado de análise contextual mais ampla. Essa análise contextual inclui análises da cultura, relações e diferenciais de poder e pode recorrer a ferramentas como análise de situação, análise de rede social e análise de poder.